

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.170 - SP (2019/0301997-6)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : LEANDRO WAGNER DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : LEANDRO WAGNER DOS SANTOS - SP196050**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**  
**PACIENTE : GABRIEL ROSATI AURELIANO (PRESO)**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GABRIEL ROSATI AURELIANO contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região proferido no *Habeas Corpus* n.º 5022294-72.2019.4.03.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 23/08/2019, pela suposta prática do crime de moeda falsa, pois foi abordado, juntamente com outro indivíduo, com "48 cédulas de R\$ 100,00, totalizando R\$ 4.800,00" (fl. 23). O Juízo de primeira instância converteu a prisão em preventiva no dia 24/08/2019 (fls. 19-21).

Irresignada com a custódia cautelar, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 10-18).

Neste *writ*, o Impetrante sustenta, em suma, a inexistência de fundamentação idônea e dos requisitos autorizadores para a decretação da prisão preventiva, além da presença de condições pessoais favoráveis.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

O Juízo de primeira instância – referendado pelo Colegiado de origem – converteu a prisão em flagrante em preventiva com base na seguinte fundamentação (fls. 19-20, sem grifos no original):

*"O auto de prisão em flagrante e o auto de apresentação e apreensão juntados à Comunicação de Prisão em Flagrante são prova da materialidade do delito, para os fins do art. 312 do CPP.*

*Outrossim, há indícios suficientes da autoria, pois o indiciado se encontrava no veículo no qual foram encontradas cédulas falsificadas e foi identificado pelo sr. Antonio Osmar Goulart como a pessoa que lhe repassou uma nota de R\$ 100,00 falsificada no comércio de propriedade do ofendido.*

*Ainda, a prisão é necessária como garantia da ordem pública e para a aplicação da lei penal.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*O indiciado foi flagrado praticando crime em concurso com outro agente, com grande quantidade de cédulas falsas, e com a participação de terceiros que lhe teriam repassado tais moedas inautênticas, o que revela o engenho do esquema criminoso. Diferentemente do outro investigado, ostentava outras passagens criminais, pelo que se tem conhecimento a se posto em liberdade, há concreto risco de reiteração da prática delituosa.*

*O fato de o indiciado declarar-se desempregado à autoridade policial leva ao entendimento de que atualmente faz desse crime seu vida, sobretudo pela quantidade de cédulas falsas, o que justifica a manutenção da prisão preventiva.*

*Ainda, tendo em vista que ostentou em redes sociais grande quantidade de cédulas de cinquenta reais cuja natureza se desconhece, aliado ao fato de ser o proprietário do veículo apreendido, tais circunstâncias levam a crer que, de fato, é o mentor do delito neste caso.*

*Outrossim, os documentos acostados à cota ministerial 21100650 comprovam o que alegado pelo MPF naquele parecer, no sentido de que:*

***1.1. Está respondendo a dois processos criminais na Comarca de Rancharia/SP, autos n.º 0004833-24.2015.8.26.0491 e 0001010-37.2018.8.26.0491;***

***1.2. Deixou de cumprir condições do benefício de suspensão condicional do processo nos autos n. 0004833-24.2015.8.26.0491, além de ter o benefício revogado em razão de ter sido processado por outro crime;***

***1.3. (...)***

***1.4. Indica possibilidade de se dedicar a crimes de moeda falsa com alguma frequência, conforme se afere da fotografia de uma rede social carregada à fl. 13 dos autos n.º 0004833-24.2015.8.26.0491, em aparece exibido dezenas de cédulas aparentemente de R\$50,00;"***

Vê-se, em juízo prelibatório, que a decretação da custódia cautelar foi devidamente fundamentada pelo risco concreto de reiteração delitiva, tendo em vista que foi consignado que o Paciente está respondendo a dois processos criminais e, em um deles, deixou de cumprir as condições do benefício de suspensão condicional do processo, "*além de ter o benefício revogado em razão de ter sido processado por outro crime*" (ibidem).

Nesses termos, esta Corte pacificou o entendimento de que a reiteração de condutas criminosas, evidenciando inclinação à prática delitiva, obsta a revogação da medida constritiva para garantia da ordem pública. A propósito: RHC 94.000/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Rel. para acórdão Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 29/06/2018.

# Superior Tribunal de Justiça

Ademais, a eventual existência de condições pessoais favoráveis – tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa – não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre, *primo icto oculi*, na hipótese em tela. Sobre a questão: RHC 94.056/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 26/03/2018 e HC 454.865/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 14/08/2018.

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância – notadamente acerca do **andamento processual** e da **atual situação prisional do Paciente** (juntar **todas as eventuais decisões que decretaram e mantiveram a custódia processual, bem como a folha de antecedentes criminais atualizada**) – e ao Tribunal de origem, para que informe a **SENHA de acesso** aos processos que tramitam na **primeira e segunda instâncias**, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora